

**XII MANDATO**

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**Ata Nº. 71****Reunião ordinária pública de 29 de junho de 2020**

Aos **29 dias do mês de junho de 2020**, pelas **9h30**, realizou-se, por videoconferência, no cumprimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 19 de março, a reunião ordinária da Câmara Municipal de Braga sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com a presença dos Srs. Vereadores, Artur Jorge Oliveira Feio (PS), Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU), Maria Helena Fernandes Teixeira (PS), Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Verificada a presença de todos os membros o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Para conhecimento é presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia **22 de junho**. De seguida, passou-se à apreciação do expediente pela seguinte ordem: **CONCURSO DE CONCEÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO OU INSTALAÇÃO DE UM MONUMENTO EVOCATIVO DE D. DIOGO DE SOUSA**: Do Sr. Vereador Dr. Miguel Bandeira, submetendo para aprovação do Executivo Municipal, a proposta de Regulamento relativa ao Concurso de Conceção para Elaboração de Projeto para a Construção ou Instalação de um monumento Evocativo de D. Diogo de Sousa. Tem informação circunstanciada da **Divisão do**

**Centro Histórico, Património e Arqueologia.** Relativamente a este ponto, o **Sr. Vereador Miguel Bandeira** referiu que se trata do reconhecimento a uma das figuras centrais da História da cidade de Braga, tendo apontado a Praça Conde de Agrolongo (conhecida como Campo da Vinha e um dos espaços mandados erigir por D. Diogo de Sousa) como o local que albergará o monumento que assina a obra do Arcebispo Bracarense. O **Sr. Vereador Artur feio (PS)** criticou a forma como a arte pública tem vindo a ser gerida pelo Município, defendendo que, na sua opinião, não está a ser cumprida a promessa eleitoral, criticando ainda os monumentos a Salgado Zenha, junto à Igreja do Póculo, a estátua de César Augusto, no Largo Paulo Orósio e a escultura de S. João, no Parque da Ponte; as críticas focam-se quer no ponto de vista artístico, quer na ausência de uma referência da cidade, além do facto de se tratarem de estátuas todas elas viradas para o passado. Apontou ainda o célebre dragão instalado junto ao Jardim de Santa Bárbara, questionando qual o ponto de situação sobre a obra, e considerou Braga uma cidade empobrecida do ponto de vista da arte pública. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** referiu que é uma iniciativa salutar e muito positiva, sendo importante a abertura de concurso público. O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que se recusava discutir questões estéticas com o Sr. Vereador Artur Feio, dando nota sobre o impacto marcante que as referidas estátuas têm tido. Referiu ainda que o monumento evocativo a D. Diogo de Sousa também irá provocar polémica, porque sempre assim aconteceu quando se fazem instalações de qualquer tipo de obra no espaço público. Em relação ao dragão, esclareceu que o autor da obra exigiu há alguns anos, uma soma pela permanência da escultura no local, tendo sido informado pelo Município de que a poderia retirar do local; contudo, a escultura permanece no local, porque o autor ainda não a retirou. **"Deliberado**



**aprovar por unanimidade". REGULARIZAÇÃO DA FATURAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS – PEDIDOS DE SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DE INSCRIÇÕES NOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS:** Da DMG – DF – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receitas, submetendo à consideração do Executivo Municipal o pedido regularização da faturação das piscinas municipais – pedidos de suspensão e cancelamento de inscrições nos serviços disponibilizados. **"Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Abstiveram-se os Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)". ANULAÇÕES E REGULARIZAÇÕES DE FATURAS E GUIAS DE RECEBIMENTO EFETUADAS NO 1º. TRIMESTRE DE 2020:** Da DMG – DF – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receitas, submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta de anulações e regularizações de faturas e guias de recebimento efetuadas no 1º. Trimestre de 2020. **"Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação**

**Juntos por Braga). Abstiveram-se os Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)”. PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA, PARA A ÁREA DAS SETE FONTES:** Submete-se para apreciação do Executivo Municipal o processo relativo ao procedimento de **Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga, para a Área das Sete Fontes**, a fim de serem tomadas as seguintes deliberações:- Aprovação do relatório de ponderação dos pareceres das entidades que se pronunciarem em sede de conferência procedimental; - Aprovação da versão final do projeto de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Braga para a Área das Sete Fontes (que integra as alterações efetuadas na sequência da ponderação), para efeitos da sua sujeição a discussão pública; - Deliberação de abertura do período de discussão pública (e respetiva publicação) nos termos do disposto no artigo 89.º, n.ºs 1 e 2 do RJIGT com indicação, logo neste momento, da metodologia que será adotada para este efeito e da forma como se dará cumprimento à ponderação dos seus resultados, (conforme informação técnica anexa). O **Sr. Vereador Miguel Bandeira** tomou a palavra dizendo que reconhece que este processo é muito complexo, recordando que a Câmara Municipal sempre preservou e geriu todo o complexo monumental, todo o sistema hidráulico das Sete Fontes, mas não é proprietária de um único metro quadrado de terreno. Os documentos aprovados serão posteriormente sujeitos a uma ampla discussão pública que só terminará a 30 de setembro de 2020. Seguidamente tomou a palavra o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** que criticou o arrastar de todo um processo que vem custando aos cofres da autarquia e acusou Ricardo Rio de utilizar as Sete Fontes em seu próprio prestígio, sugerindo que o edil politicamente só tem vontade de lançar a primeira pedra do projeto, não se preocupando com o desenrolar da



medida. O **Sr. Vereador Carlos Almeida** adiantou que continua com dúvidas quanto ao nível de edificações que vão ser permitidas nas bordas do parque e admitiu as muitas dificuldades que um projeto desta envergadura encerra. O **Sr. Vereador Miguel Bandeira** aproveitou para fazer uma síntese do projeto, que visa garantir a organização urbana que enquadra o parque, estabelecendo "Portas de entrada" e uma frente edificatória que o valorize e estimule a sua utilização e segurança, e uma relação mais funcional entre as Sete Fontes e os núcleos envolventes, nomeadamente com a freguesia de Gualtar, com o hospital e Areal (Alegria, Areal de Baixo e Areal de Cima), salvaguardando-se ainda a adução de água ao monumento e a gestão de águas pluviais, drenagem, encaminhamento e retenção. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

**PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SETE FONTES (PUSF):** Submete-se para apreciação do Executivo Municipal o processo relativo ao **PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SETE FONTES (PUSF)** a fim de serem tomadas as seguintes deliberações:- Aprovação do relatório de ponderação dos pareceres das entidades que se pronunciarem em sede de conferência procedimental;- Aprovação da versão final do projeto do PU (que integra as alterações efetuadas na sequência daquela ponderação), para efeitos da sua sujeição a discussão pública;- Deliberação de abertura do período de discussão pública (e respetiva publicação) nos termos do disposto no artigo 89.º, nºs 1 e 2 do RJIGT com indicação, logo neste momento, da metodologia que será adotada para este efeito e da forma como se dará cumprimento à ponderação dos seus resultados (ver informação técnica em anexo). O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que sete anos depois de Ricardo Rio ter chegado à Presidência, não só está na estaca zero, como considera que foram dados passos atrás, na medida em que o PS já tinha elaborado um Plano de Pormenor para a zona referida. Este processo deve ser bem explicado de forma a perceber-se como vai avançar, pois

tem a discordância da maior parte dos proprietários, não havendo diálogo com os que estão envolvidos. O **Sr. Vereador Carlos Almeida** referiu que os passos que estão a ser dados no Parque das Sete Fontes pecam por tardios e lembrou que este é um processo que se arrasta há décadas, sendo legítimo o anseio dos bracarenses para a sua constituição, e urgente a concretização do projeto. Fez ainda referência aos pareceres da CCDR-N e gostaria de perceber qual o entendimento do Município relativamente à recomendação da referida entidade, considerando que o seu parecer levanta algumas dúvidas. Em resposta a estas considerações, o **Sr. Vereador Miguel Bandeira**, esclareceu que as opções do Município de Braga foram tomadas tendo em consideração o conselho jurídico do assistente do processo, optando-se por esta via para não se correr o risco de o Município ser acusado de não ter percorrido todos os passos necessários. A opção pela alteração ao PDM também foi tomada para que não restem dúvidas quanto à boa fé do Município em todo o processo. Realçou ainda que foi reconhecido pela CCDR-N que todos os passos dados no projeto foram realizados de forma coerente e consistente, e que o procedimento de alteração ao PDM colheu pareceres favoráveis das entidades competentes, explicando que, se a primitiva versão do PDM não admitisse uma área de edificação de densidade máxima para o local e se estivessem reunidos os estudos necessários e os cadastros devidamente levantados, teria sido encurtado e abreviado o caminho. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

**ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO/FREGUESIA:** Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de apoio financeiro: - **União das Freguesias de Lomar e Arcos**, no valor de **4.017,40 €**, destinado a apoiar **"Construção de vedação na Rua Monsenhor Avelino Gonçalves - Lomar"**, conforme documentos que se anexam, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do



Regime Jurídico das Autarquias Locais. **"Deliberado aprovar por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal".**

**PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO/ENTIDADE:** Da **Vice-Presidente (Dra. Sameiro Araújo)**, submetendo o seguinte Contrato-Programa: - **Município de Braga e Grupo Desportivo André Soares**, no valor de **1.500,00€**, para apoiar as áreas de formação, de acordo com a proposta em anexo. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:** Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de delegação de competências: - **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO**, para a execução da obra denominada **"Requalificação do Arruamento da Área Verde na Rua das Mimosas - Aveleda"**, no valor de **4.687,97 €**. **"Deliberado aprovar por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal."**

**PROPOSTA DAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO IV "CONCURSO JOVENS CRIADORES":** Da **Vice-Presidente (Dra. Sameiro Araújo)**, submetendo proposta das normas de participação do IV "Concurso Jovens Criadores", bem como os apoios aos candidatos e respetiva atribuição dos prémios contidos nas mesmas. **"Deliberado aprovar por unanimidade".**

**DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 551,13 M2, SITA NAS RUAS MANUEL ALMEIDA PASSOS E ANTÓNIO FERNANDES FERREIRA GOMES, FREGUESIA DE FERREIROS, EM QUE É REQUERENTE NEW HOPE – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.: - PARA POSTERIOR ALIENAÇÃO:** Do **Vereador Dr. João Rodrigues**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, o processo com vista à desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal, com a área de 551,13 m2, sita nas ruas Manuel Almeida Passos e António Fernandes Ferreira Gomes, Freguesia de

Ferreiros, em que é requerente NEW HOPE – Investimentos Imobiliários S.A, para posterior alienação, por forma a dar cumprimento a um acordo judicial no âmbito do processo nº. 1414/13.1BRG do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. Tem informação circunstanciada da Divisão do Património, segundo a qual a referida proposta deve ser presente à Assembleia Municipal com vista à aprovação da desafetação do domínio público da parcela de terreno em causa, nos termos do disposto na alínea ccc), nº. 1 do artº. 33º. conjugado com a alínea q) nº. 1 do artº. 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tem informação da Comissão de Avaliação, tudo conforme informações anexas. Sobre esta proposta o **Sr. Vereador Carlos Almeida** referiu que a proposta alude a um acordo judicial, que não consta dos documentos que lhe foram enviados, não sabendo o contexto do mesmo, dizendo também que não foi enviada a planta de localização, motivos pelos quais solicitou o envio do acordo judicial e a respetiva planta. Referiu que há dois anos foi contactado pelos moradores da Rua António Fernandes Ferreira Gomes onde contestaram a construção de um prédio porque era ilegal, e pergunta se se trata do mesmo prédio, pois seria necessária uma alteração ao alvará de loteamento. O **Sr. Vereador João Rodrigues** referiu que irá anexar os documentos solicitados pelo Sr. Vereador Carlos Almeida. **“Deliberado retirar da agenda para submissão à próxima reunião”. EMPREITADA “REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL”:** Da **DMOSM**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal autorização para execução de trabalhos complementares/aprovação de supressão de trabalhos. Aditamento nº 4 ao Contrato Nº CPE.11.17.DMOSM, nos termos da informação técnica que vai em anexo. O **Sr. Vereador Artur Feio** fez referência aos acertos desta obra, orçados em 1,3 milhões de euros a mais, e ao atraso de execução da obra para mais um ano, referindo ainda que o que se passa



na obra do Mercado Municipal atingiu os limites do inexplicável e seguramente trará graves prejuízos à gestão do dinheiro público, considerando incompreensível que esta obra tenha derrapagens provenientes de coisas como "os tampos de mármore dos WC, a espessura dos vidros", entre outros aspetos, apelando ao Sr. Presidente da Câmara para por terno à situação. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** considerou que a obra não está a correr nada bem ao Município de Braga, pois os trabalhos a mais já vão acima de 1,3 milhões de euros, com consequências para o erário público. O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu, dando como exemplo o Teatro Circo, e recordou à oposição que a obra do Teatro Circo durou sete anos e derrapou em termos financeiro para valores muito superiores ao agravamento de custos que o mercado irá ter. Referiu que quando se está a reabilitar um edifício, há sempre surpresas, explicando as substituições que estão a ser feitas, considerando o mercado uma "obra notável" para a envolvente. Garantiu que a obra ficará paga nos meses seguintes à sua abertura. Admitiu que os trabalhos adicionais possam rondar mais 150 mil euros mas recordou que ainda estão por contabilizar os trabalhos a menos. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que "os fins não justificam os meios".

**"Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Votos contra do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU) e dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)".**

**EMPREITADA "REABILITAÇÃO E**

**AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL”:** Da **DMOSM**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal autorização para execução de trabalhos complementares/aprovação de supressão de trabalhos. Aditamento nº 5 ao Contrato Nº CPE.11.17.DMOSM, nos termos da informação técnica que vai em anexo. **“Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Votos contra do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU) e dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)”.**

**EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DOS ARRUAMENTOS DO PARQUE INDUSTRIAL DE PADIM DA GRAÇA” – CONCURSO PÚBLICO Nº CPE.12.20.DMOSM:** Da **DMOSM**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal a Empreitada de requalificação dos arruamentos do Parque Industrial de Padim da Graça, bem como a aprovação de todas as propostas constantes do documento relativo à abertura de procedimento de formação do contrato nos termos da informação técnica que se anexa. **“Deliberado aprovar por unanimidade”.**

**EMPREITADA DE “VARIANTE DO CÁVADO ENTRE KMS 3+366.185 E 3+625.000 E REGULARIZAÇÃO DO RIO TORTO ENTRE A ROTUNDA DA AVENIDA DO ESTÁDIO E A EN 201” – CONCURSO PÚBLICO Nº CPE.11.20.DMOSM:** Da **DMOSM**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal a Empreitada de “Variante do Cávado entre kms 3+366.185 e 3+625.000 e regularização do Rio Torto entre a rotunda da Avenida do Estádio e a EN 201”, bem como a



aprovação de todas as propostas constantes do documento relativo à abertura de procedimento de formação do contrato nos termos da informação técnica que se anexa. **"Deliberado aprovar por unanimidade". EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO" – CONCURSO PÚBLICO Nº CPE.13.20.DMOSM:** Da **DMOSM**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal a Empreitada de "Requalificação da Escola Básica de Figueiredo", bem como a aprovação de todas as propostas constantes do documento relativo à abertura de procedimento de formação do contrato nos termos da informação técnica que se anexa. **"Deliberado aprovar por unanimidade". OUTROS ASSUNTOS. CAMINHO FUNDAÇÃO BOMFIM.** O **Sr. Vereador Artur feio (PS)** questionou sobre as obras no caminho pedonal que liga as Parretas ao centro da cidade, junto ao túnel da Boavista e da Fundação Bomfim, referindo que há várias queixas dos moradores, informando que o caminho foi reduzido de forma perigosa, impedito a circulação das pessoas com mobilidade reduzida. Desta forma, alertou o Município para repor o caminho. O **Sr. Presidente da Câmara** confirmou que houve uma apropriação do espaço público na execução de uma obra, confirmada pelos serviços de fiscalização da Câmara, estando o processo a seguir a tramitação normal. **ACORDO 40 HORAS.** O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** acusou a Câmara de não estar a cumprir o acordo que fez com o STAL relativamente ao pagamento das horas a mais trabalhadas pelos funcionários municipais, designadamente na parte em que se comprometeu a fazer a devolução por inteiro aos trabalhadores que ganham menos de 750 euros, o que não está a ser cumprido. O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que ficou acordado fazer o pagamento por inteiro aos trabalhadores que já estejam em situação de aposentados e que recebiam até 750 euros por mês, quando solicitado pelos próprios. **INTERVENÇÕES NA PRAÇA DO BOCAGE. OS**

### **SRS. VEREADORES ARTUR FEIO (PS) E CARLOS ALMEIDA (CDU)**

trouxeram à reunião do Executivo queixas dos moradores e comerciantes da Praça do Bocage relativas a obras em curso para implementação da "Zona 30" na zona da torre Europa. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que não existe estacionamento para deficientes, que é possível verificar a existência de esgotos a céu aberto, tendo também feito referência às bocas de incêndio, e ao facto de os moradores a meio da noite, terem que retirar os seus veículos- bem estacionados- pois não há espaço para manobras de outros veículos; salientou ainda que as rampas de acesso têm remates mal concebidos e alertou ainda para a problemática que é o abate de árvores. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** colocou duas questões: uma primeira, relativa às denúncias de cidadãos sobre a intervenção na Urbanização Torre Europa – Praça do Bocage (Zonas 30), onde há problemas com a má execução da obra, há falta de fiscalização da obra, as rampas de acesso danificam viaturas, há falta de execução de áreas de passeio e apelou à autarquia para que sejam criadas soluções alternativas que permitam aumentar a capacidade de estacionamento na zona, chamando ainda a atenção para o encerramento/deslocalização de estabelecimentos. Solicitou também a intervenção do Município relativamente a um novo empreendimento que está a ser construído no Parque Norte, na União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, sobre o qual há dezenas de queixas de moradores devido ao risco de se perder uma área verde considerável existente naquele local, em detrimento da construção de mais três prédios (junto aos já existentes); reportou ainda as irregularidades que lhe foram comunicadas pelos moradores, das quais se destacam: a supressão de caminhos e de lugares de estacionamento, a eliminação de pilaretes que ajudavam ao ordenamento do trânsito na urbanização e o abate de árvores (sobreiros). O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que o





Município garantiu que têm sido efetuadas várias visitas ao local para averiguar da razoabilidade de alterações ao projeto e não vai pactuar com situações ilegais pelo que a Polícia Municipal vai verificar a existência de ocorrências que possam consubstanciar contra-ordenações a quem deixar o carro em cima do passeio ou em segunda fila. Quanto à segunda questão, o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu às preocupações dos moradores, referindo que a Câmara Municipal não tem nenhuma margem de intervenção em situações como a que é apresentada, considerando que "o facto de um terreno se encontrar vazio no momento em que o adquiriram ou de até o promotor do empreendimento onde se vão instalar lhes ter dito que não haverá mais construção naquele local, não quer dizer que, de facto, do ponto de vista do licenciamento urbanístico assim não aconteça". Existia um protocolo já desde a primeira década do século em que constava todo o plano de urbanização tal como está hoje a ser desenhado, e do ponto de vista do licenciamento não há da parte dos serviços da Câmara Municipal dúvidas, assegurando que os serviços de fiscalização escrutinarão eventuais dúvidas respeitantes à execução da obra e assegurou também que a Câmara Municipal está apenas a dar cumprimento às suas obrigações, mas não pode ultrapassar as suas competências. Sustentou o Sr. Presidente da Câmara ainda que é preciso distinguir três patamares: um primeiro que se prende com a conceção do projeto, o segundo quanto aos erros de conceção do projeto que têm que ser corrigidos durante a execução da obra e por fim questões que têm que ver com a execução e que têm sido paulatinamente corrigida. O **Sr. Vereador Miguel Bandeira** avançou que não se trata de um processo fácil e que a obra não está concluída, pelo que a Câmara continuará a fazer todos os esforços para corrigir o que tiver que ser corrigido e referiu que provavelmente até poderá conseguir-se aumentar ligeiramente o número de lugares de estacionamento. O **Sr. Vereador João Rodrigues**

tomou a palavra dizendo que enquanto a obra não terminar não se percebe o que foi feito, faltando ainda marcar os lugares de estacionamento e os lugares de cargas e descargas referindo que há fiscalização às obras que estão a ser efetuadas. O **Sr. Vereador Artur Feio** referiu que preza o trabalho dos Srs. Vereadores Miguel Bandeira e João Rodrigues, no entanto, referiu após visita ao local, presenciou descarga de águas pluviais a céu aberto e outras obras por executar, entendendo que há obras que terão que ser desfeitas para ser novamente repostas, havendo erros consumados na obra da Praça do Bocage que eram evitáveis. O **Sr. Presidente da Câmara** informou que poderá ser feita uma intervenção que complementar a obra. Interveio do público (via plataforma Teams) o **Sr. António Oliveira** que confirmou tudo o que os Srs. Vereadores Artur Feio e Carlos Almeida disseram relativamente às obras que estão a ser efetuadas na Praça do Bocage, referindo também que endereçou uma carta para a Câmara Municipal à qual não obteve resposta. Expôs que os clientes fogem dos estabelecimentos por não terem onde estacionar ou porque são multados quando deixam o carro em segunda fila. Relativamente às intervenções do Sr. Vereador Artur Feio, Sr. Vereador Carlos Almeida e Sr. António Oliveira, sobre a obra na Praça do Bocage o Sr. Presidente da Câmara referiu que estranha não ter havido resposta ao Sr. António Oliveira, sendo o arquiteto Luis Vaz que efetua visitas ao local para averiguar as alterações do projeto juntamente com os autarcas e moradores. Referiu ainda que o turno da Polícia Municipal que agora começou funções, vai atuar no sentido de fiscalizar o trânsito, e solicitou alguma compreensão. Transmitiu ainda que o Sr. Vereador Miguel Bandeira está disponível para agendar uma conversa com o Sr. António Oliveira. **REUNIÕES PRESENCIAIS.** O Sr. Presidente da Câmara informou que esta reunião foi a última em formato digital, uma vez que as próximas voltarão a ser presenciais. **APROVAÇÃO EM**



**MINUTA: Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta** nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, para surtir efeitos imediatos. **ENCERRAMENTO:** Às **11,30 horas** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.



